



*ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS  
DE DESEMPENHO*

*ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO 2008.*



**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008**

---

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

GOVERNADOR DO ESTADO

**ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

**PEDRO MENDES**

DIRETOR GERAL

**WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES**

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

**MARISTELA REINERT**

GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

**SIMONE DE SOUZA BECKER**

GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

**GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM**

GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

**LUIZ SELHORST**

GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL

**ELABORAÇÃO:**

**ADRIANO DE SOUZA PEREIRA**

ASSESSOR DO DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

**MÁRCIA BRADACZ LOPES**

ANALISTA DA RECEITA ESTADUAL

**WILSON HENRIQUE FETZNER FILHO**

CONTADOR DA FAZENDA ESTADUAL

**REINALDO NERI PEREIRA**

AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CODESC

**ROGÉRIO FELIPE PEREIRA**

AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CODESC



**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008**

---

**SUMÁRIO**

Resultado da Execução Orçamentária.....	4
Análise das Receitas.....	4
Receitas Tributárias .....	5
Receitas do FUNDOSOCIAL .....	6
Receitas do SEITEC .....	7
Transferências da União – Constitucionais e legais.....	7
Transferências Voluntárias da União .....	8
FUNDEB .....	9
Metas de Arrecadação .....	10
Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais .....	11
Aplicação em Saúde .....	12
Aplicação em Educação.....	13
Receita Corrente Líquida – (12 meses).....	13
Gastos com Pessoal .....	14
Receita Líquida Real – (12 meses).....	15
Serviço da Dívida Consolidada .....	16
Receita Líquida Disponível - RLD .....	16
Repasse aos Poderes.....	17
Investimentos.....	18
Restos a Pagar .....	20
Estoque da Dívida Ativa.....	21
Resultado Financeiro .....	23
Saldo de Precatórios a Pagar .....	24
Indicadores de Desempenho .....	25

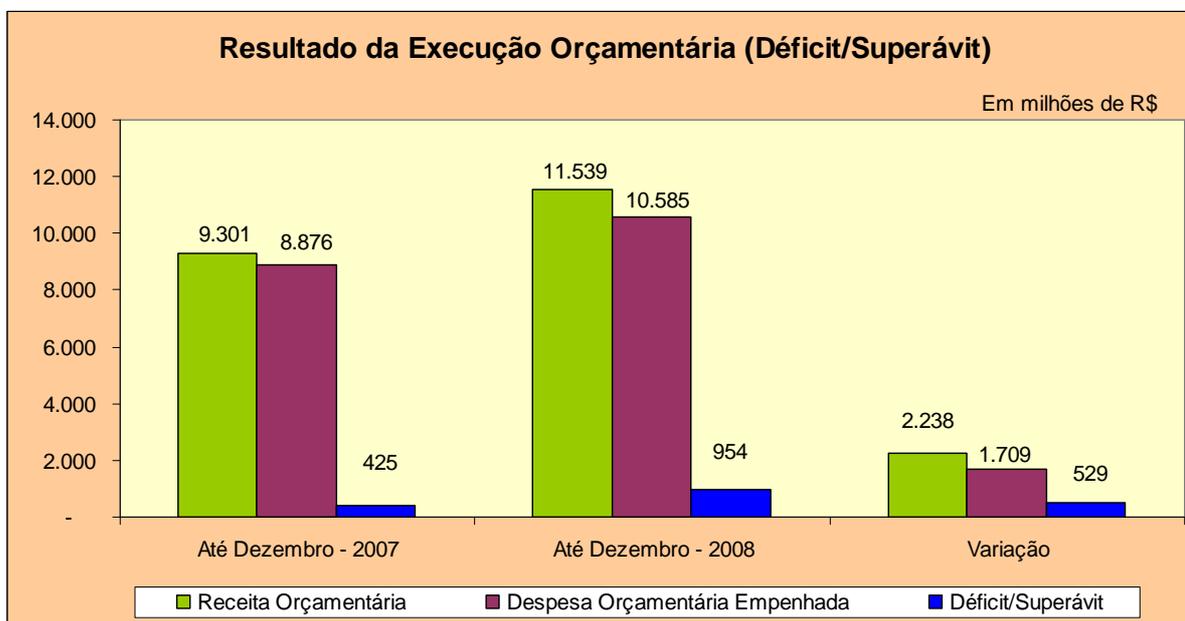


Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

**ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO**  
**INFORMAÇÕES ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2008**

**Resultado da Execução Orçamentária**

A execução orçamentária, que é o confronto das receitas arrecadadas com as despesas empenhadas, demonstrou um superávit orçamentário de R\$ 954 milhões até o mês de dezembro de 2008, com uma variação positiva de R\$ 529 milhões em relação ao mesmo período do exercício anterior, correspondendo a um acréscimo de 124,46%.



Fontes: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral  
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Liquidada – Consolidado Geral

**Análise das Receitas**

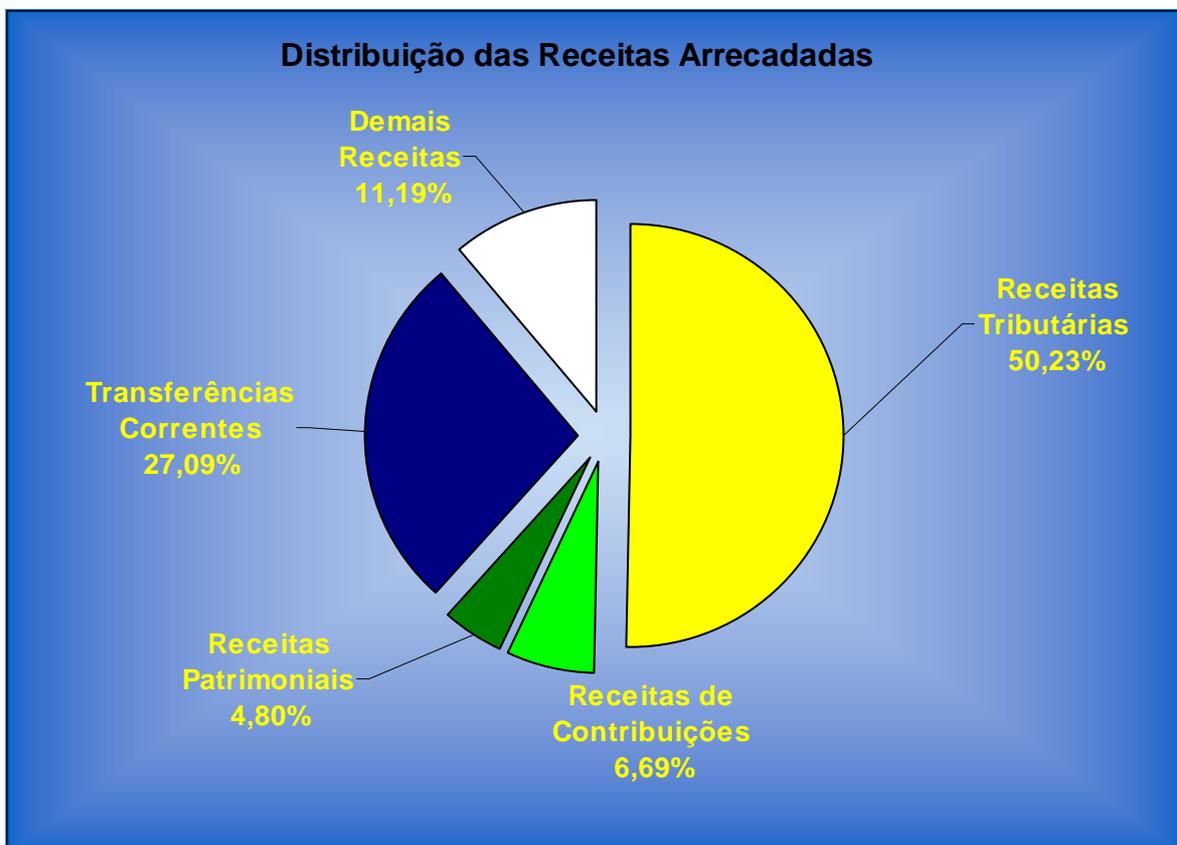
A receita bruta arrecadada pelo Estado totalizou R\$ 15,299 bilhões. Deste montante R\$ 3,760 bilhões foram deduzidos a título de Transferências Constitucionais aos Municípios, Restituições e FUNDEB, restando R\$ 11,538 bilhões para o Estado, com incremento de 24,06% em relação ao mesmo período do ano anterior.



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

Deste montante as principais receitas são:

- Receitas Tributárias;
- Receitas de Contribuições;
- Receitas Patrimoniais;
- Transferências Correntes e
- Demais Receitas.



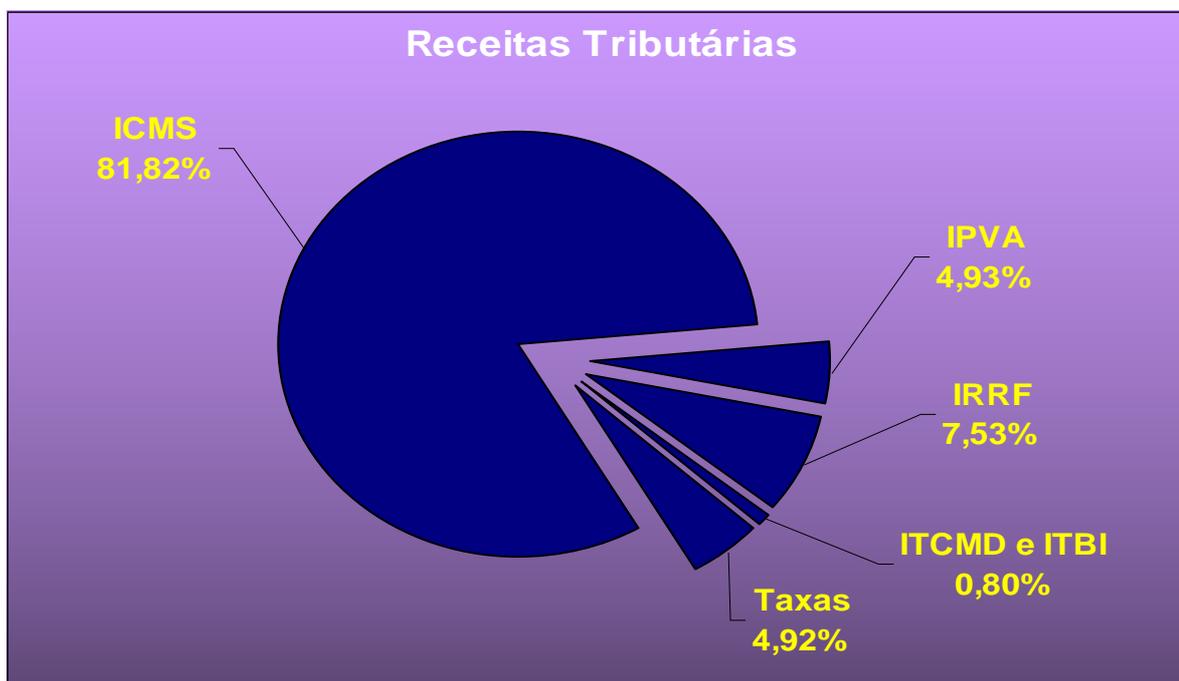
Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

### Receitas Tributárias

As receitas tributárias (ICMS, IPVA, IRRF, ITCMD, ITBI e TAXAS), correspondem a 50,23% da receita total (já com as deduções) e o ICMS, que é a maior fonte de recurso do Estado, corresponde a 41,10% da receita total e a 81,82% das receitas tributárias.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

**Receitas do FUNDOSOCIAL**

Criado em fevereiro de 2005, através da Lei nº 13.334, o FUNDOSOCIAL tem a finalidade de gerar empregos e renda, combater o êxodo rural, capacitar trabalhadores, reduzir déficit habitacional, prevenir doenças e a mortalidade infantil e outros. É um fundo de natureza financeira, constituído com reserva de recursos públicos. Este fundo é gerido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Sua arrecadação até o presente mês de 2008 foi de R\$ 230 milhões, com incremento de 83,38% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

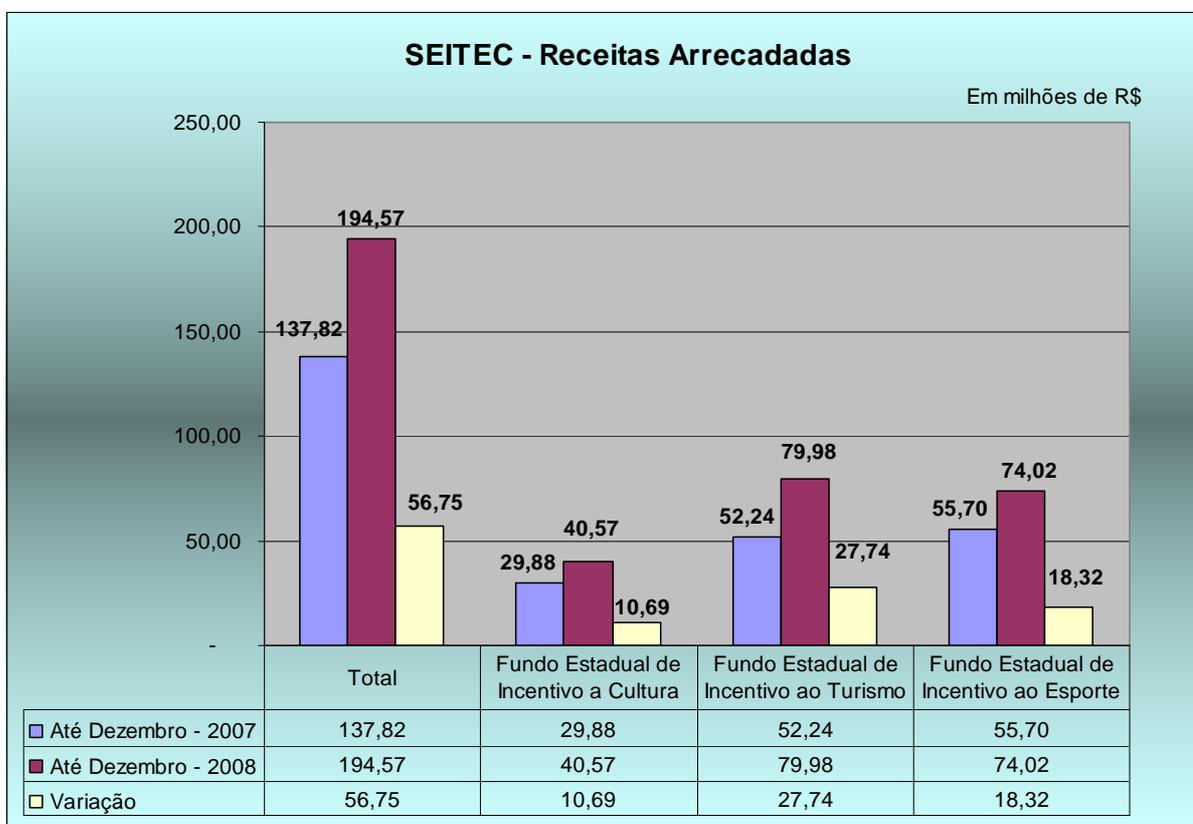


## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

### Receitas do SEITEC

O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC, instituído pela Lei Estadual nº 13.336/05, é composto pelos Fundos Estaduais de Incentivo à Cultura – FUNCULTURAL, ao Turismo – FUNTURISMO e ao Esporte – FUNDESPORTE, e tem por objetivo estimular o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos. Estes fundos são geridos pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Sua arrecadação no período analisado de 2008 foi de R\$ 194 milhões, com incremento de 41,17% em relação ao mesmo período de 2007.



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

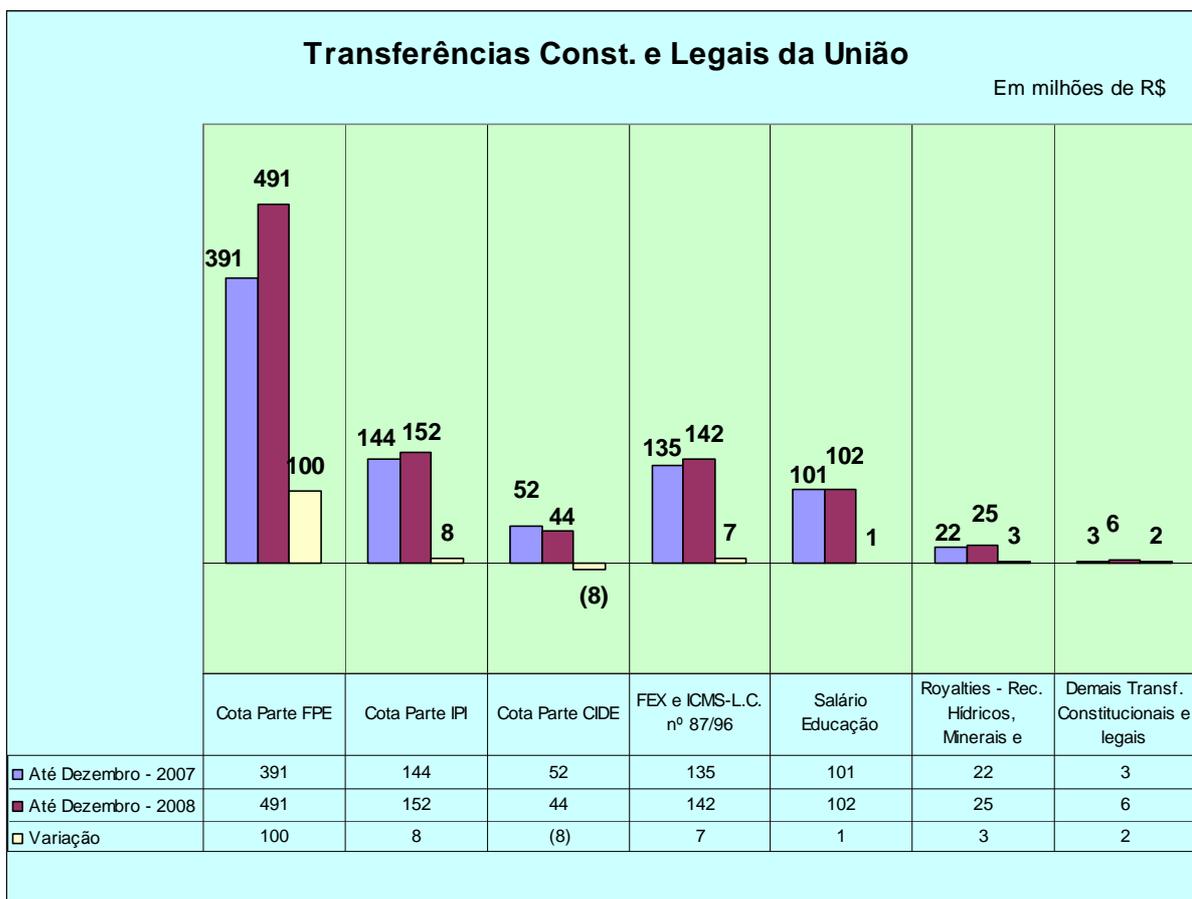
### Transferências da União – Constitucionais e legais.

Existem dois tipos de transferências da União: as Constitucionais e Legais e as Transferências Voluntárias da União. Dentre as Constitucionais e Legais destacam-se o FPE, IPI-Exportação, CIDE, FEX e ICMS Desoneração – L.C. nº 87/96.

No período analisado o Estado recebeu o montante de R\$ 961 milhões, apresentando um acréscimo de 13,41% em relação ao mesmo período de 2007.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

### Transferências Voluntárias da União

As Transferências Voluntárias desdobram-se em correntes e de capital.

São correntes as destinadas a cobrir gastos de custeio do Estado, através de repasses para programas de educação, saúde entre outras.

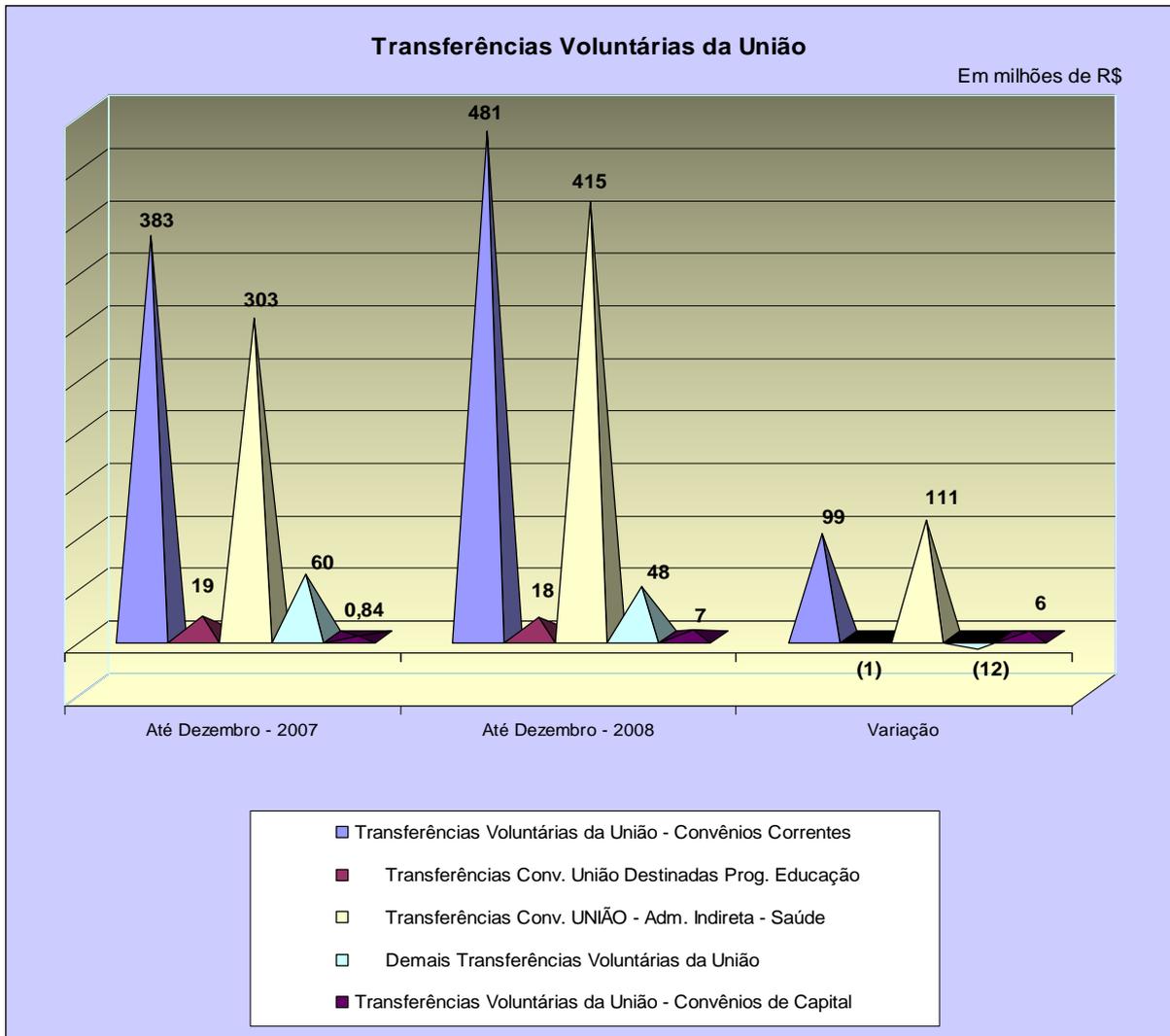
São classificadas como transferências de capital quando a aplicação estiver condicionada a investimentos ou inversões financeiras (gastos de capital).

Analisando estas receitas até o presente mês temos:

- Transferências voluntárias correntes de R\$ 481 milhões, com incremento de 25,76% em relação ao mesmo período do exercício de 2007; e
- Transferências voluntárias de capital de R\$ 7 milhões até o presente mês em 2008 e apenas 842 mil no mesmo período de 2007, representando um acréscimo de 725,35% até o presente mês de 2007 para 2008.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

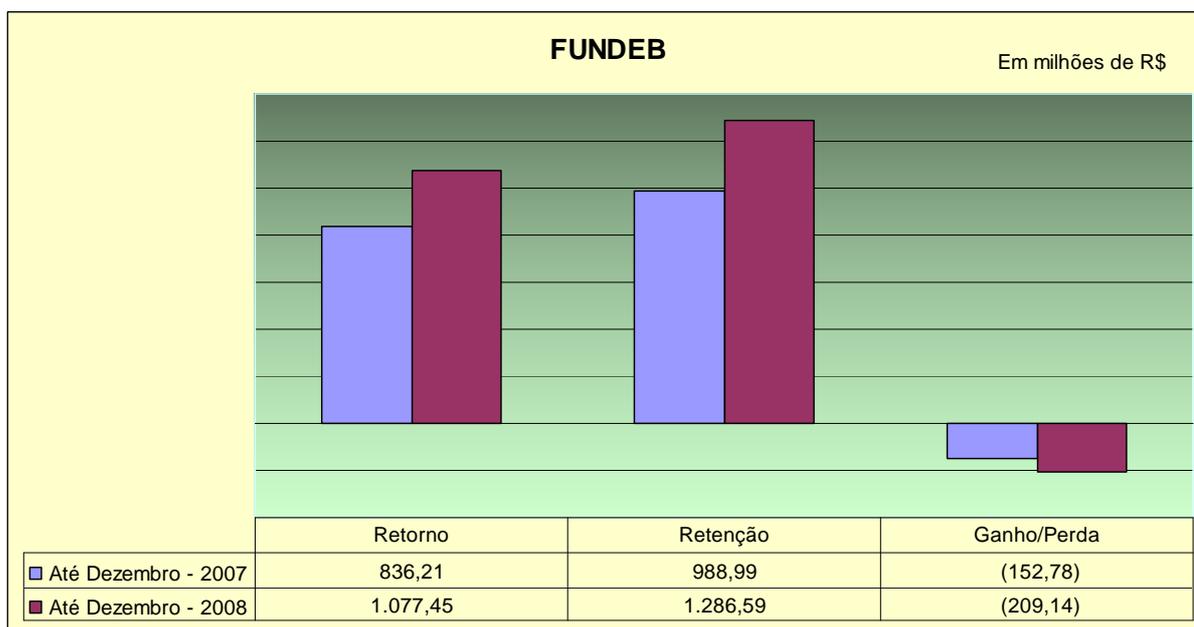
## FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado em substituição ao FUNDEF, é constituído no âmbito de cada Estado membro pelo aporte de recursos do Estado e dos seus Municípios, com o objetivo de dispor recursos para manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação. A redistribuição dos recursos do FUNDEB ao Estado e aos Municípios é realizada de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino.

O Estado de Santa Catarina no período janeiro a dezembro de 2008 contribuiu com o montante de R\$ 1,286 bilhão, retornando para o Estado R\$ 1,077 bilhão, ocasionando uma perda para o Tesouro do Estado de R\$ 209 milhões. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior houve um aumento na perda do FUNDEB na ordem de 36,89%.



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

### Metas de Arrecadação

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

As metas são monitoradas mensalmente, por Fonte de Recursos, agrupadas em dois grupos de destinação de recursos.

- **Recursos do Tesouro** - São aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, normalmente pelo órgão central de programação financeira, que administra o fluxo de caixa, fazendo liberações aos demais órgãos e entidades integrantes da Lei Orçamentária Anual.

#### Principais receitas:

- Impostos (ICMS, IPVA, ITCMD);
- Taxas (Segurança Pública e outras);
- Salário Educação;
- FUNDEB;
- Operações de Crédito.



### Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

- **Recursos de Outras Fontes** - São aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está geralmente sob responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos Especiais e Empresas), mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores.

Geralmente esses recursos têm origem no esforço próprio das entidades: pelo fornecimento de bens; prestação de serviços e exploração econômica do patrimônio próprio.

Analisando a arrecadação até o presente mês do ano 2008 tanto os recursos do tesouro quanto os recursos de outras fontes ultrapassaram as metas de arrecadação estabelecidas.

O desempenho da arrecadação até o mês de dezembro de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Em milhões de R\$

RESULTADOS ATÉ O MÊS		2007		2008	
RECURSOS DO TESOURO	META:	7.521	100,00%	8.328	100,00%
	ARRECADADO	7.594	100,97%	8.675	104,17%
	RESULTADO	73	0,97%	347	4,17%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	META:	2.016	100,00%	2.360	100,00%
	ARRECADADO	1.707	84,67%	2.864	121,34%
	RESULTADO	(309)	-15,33%	504	21,34%

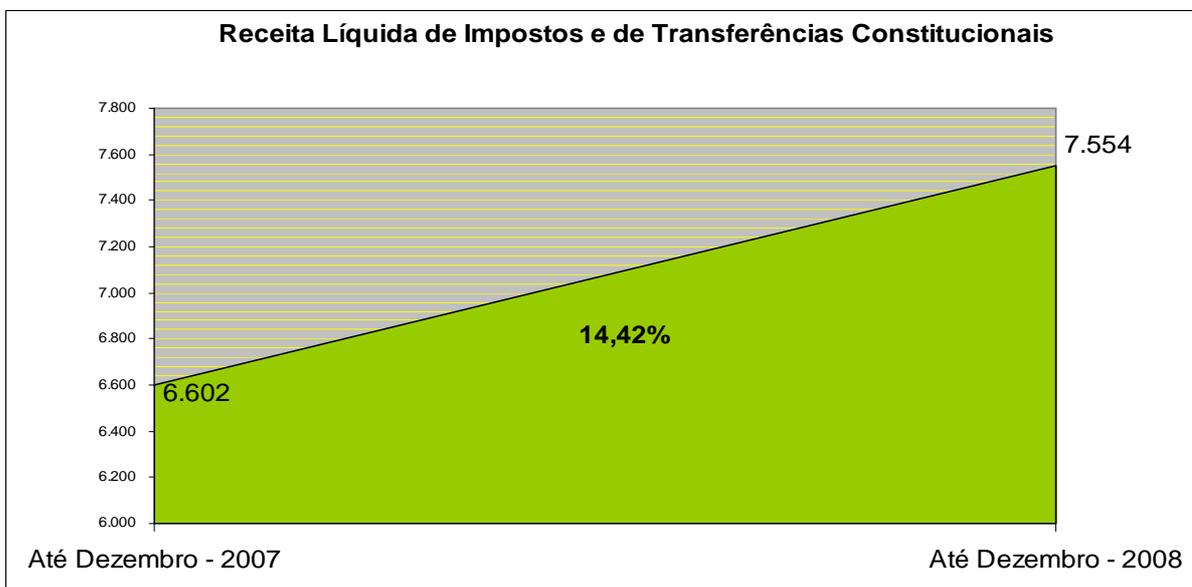
Fonte: Demonstrativo das Metas Bimestrais de Arrecadação – Consolidado Geral

### Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais

Esta receita serve de base para o cálculo dos valores a serem aplicados em saúde e educação. O Valor acumulado no período de janeiro a dezembro de 2008 foi R\$ 7,553 bilhões, com um acréscimo de 952 milhões (14,42%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

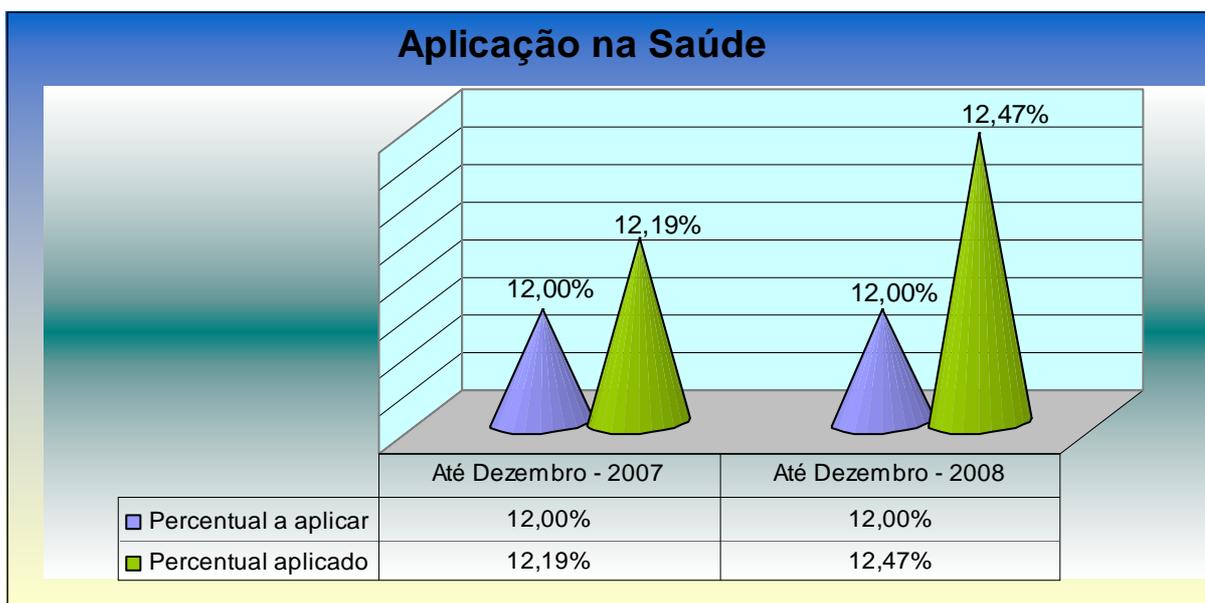


Fontes: Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação  
Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

### Aplicação em Saúde

Devem ser aplicados anualmente em saúde 12% da Receita Líquida de Impostos.

A aplicação em saúde foi de R\$ 942 milhões no ano de 2008, valor superior em 17,06% ao mesmo período de 2007, e superior aos 12% da Receita Líquida de Impostos (R\$ 906 milhões) que deveriam ser aplicados conforme a Constituição Federal. Cabe ressaltar que o cumprimento da aplicação do mínimo de 12% em gastos com saúde deverá ser comprovado anualmente por ocasião do encerramento do exercício, conforme determina o mandamento Constitucional.



Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

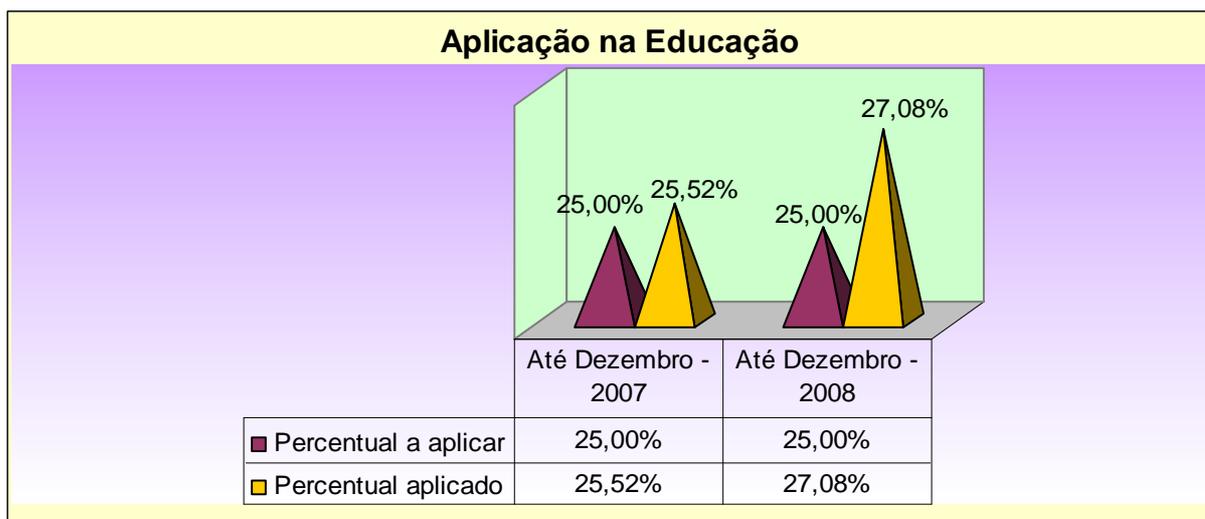


## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

### Aplicação em Educação

Devem ser aplicados anualmente 25% da Receita Líquida de Impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em relação à aplicação em educação até o presente mês de 2008 o percentual aplicado foi superior ao aplicado no mesmo período do exercício anterior e ao mínimo a ser aplicado, conforme apresentado no gráfico abaixo.

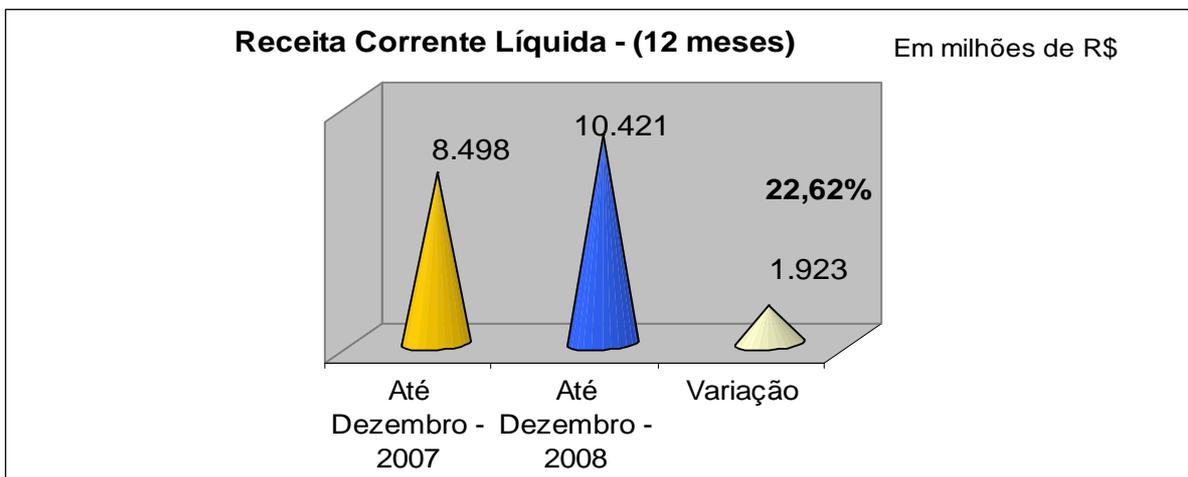


Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação

### Receita Corrente Líquida – (12 meses).

Esse conceito foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal para servir de base para o cálculo da reserva de contingência e para a apuração dos limites da despesa total com pessoal, do estoque da dívida pública, das contratações de operações de crédito e das garantias e contra-garantias.

Nos últimos 12 meses a Receita Corrente Líquida alcançou o montante de R\$ 10,421 bilhões, com um acréscimo de 22,62% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Fonte: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

### Gastos com Pessoal

O limite total dos gastos com pessoal do Estado é de 60% da Receita Corrente Líquida, conforme tabela abaixo. A repartição desse limite total é ditada pelo art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal para cada esfera de governo, conforme segue:

PODERES E ÓRGÃOS	ESFERAS		
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Legislativo, incluído o Tribunal de Contas	2,5%	3,0%	6,0%
Judiciário	6,0%	6,0%	
Executivo	40,9%	49,0%	54,0%
Ministério Público	0,6%	2,0%	
<b>CONSOLIDADO GERAL</b>	<b>50,0%</b>	<b>60,0%</b>	<b>60,0%</b>

No âmbito estadual três tipos de controle dos gastos com pessoal devem ser observados: Limite Legal, Limite Prudencial e Limite de Alerta.

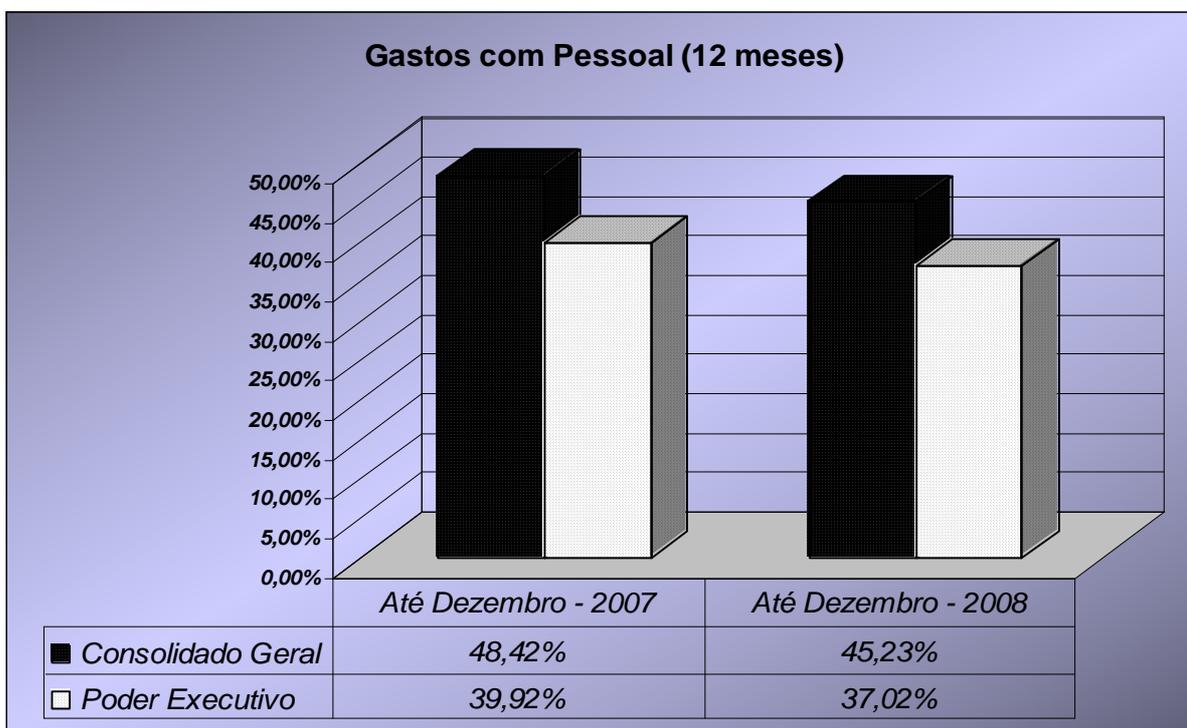
A repartição desses limites na Esfera Estadual, por poder e órgão, é a seguinte:

Especificação	1 - Limite Legal	2 - Limite Prudencial	3 - Limite de alerta
Consolidado Geral (Ente)	60,00%		
<b>Poder Executivo</b>	<b>49,00%</b>	<b>46,55%</b>	<b>44,10%</b>
Poder Legislativo	3,00%	2,85%	2,70%
Tribunal de Contas	2,20%	2,09%	0,72%
Ass. Legislativa	0,80%	0,76%	1,98%
Poder Judiciário	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	2,00%	1,90%	1,80%

Tanto na análise dos dados do consolidado geral quanto nos dados do Poder Executivo os gastos com pessoal encontram-se abaixo do limite legal, sendo que em relação ao exercício anterior houve uma redução do comprometimento da Receita Corrente Líquida com os Gastos com Pessoal no Poder Executivo de 2,90% e no consolidado geral de 3,19%.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008



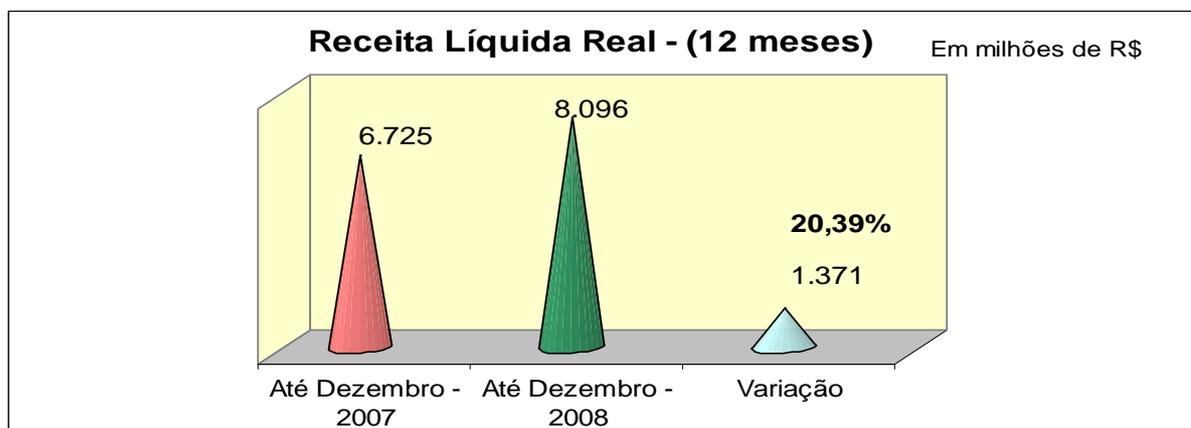
Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal

**Receita Líquida Real – (12 meses).**

Esta receita foi conceituada na Lei Federal nº 9.496/97, que proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da federação e serve de base para o pagamento da dívida pública renegociada (intra-limite).

Pela renegociação do Estado com a União, o desembolso intra-limite é de 13% da Receita Líquida Real. No entanto tem-se também o desembolso com a dívida extra-limite, que correspondem aos contratos que naquela data não entraram na renegociação, bem como os desembolsos relativos aos contratos que foram firmados posteriormente a essa data.

Nos últimos 12 meses houve um incremento da Receita Líquida Real de 20,39% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida Real



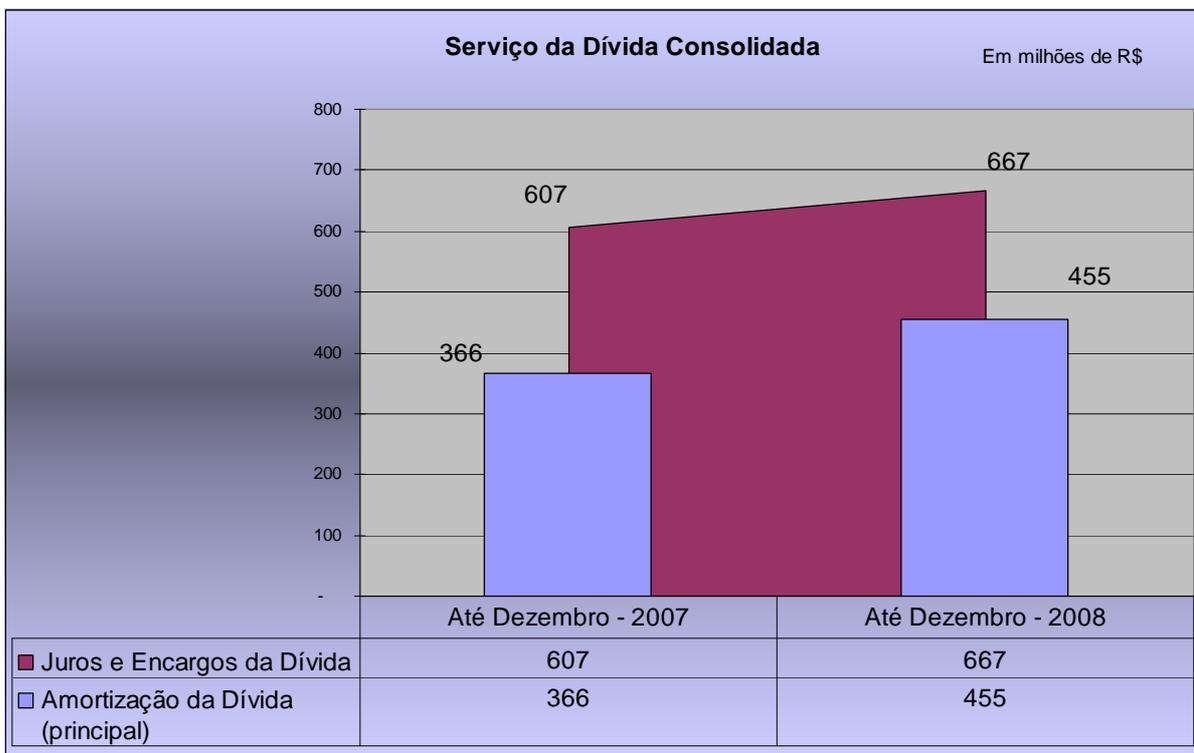
## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

### Serviço da Dívida Consolidada

O Serviço a Dívida Pública Consolidada engloba os Juros, os Encargos e as Amortizações da Dívida Pública Consolidada.

Até o presente mês de 2008 a despesa com o Serviço da Dívida Pública totalizou 1,121 bilhão, enquanto no mesmo período de 2007 atingiu R\$ 973 milhões.

Houve um acréscimo de 15,26% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Demonstrativo da Despesa Orçamentária Liquidada – Consolidado Geral

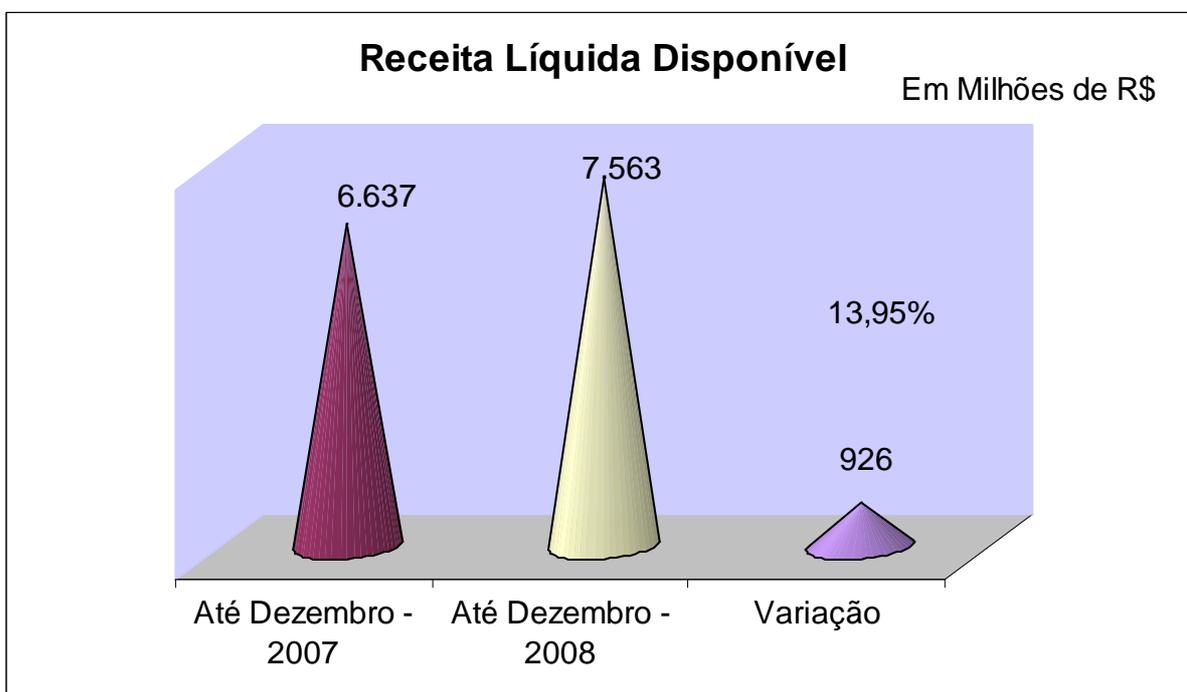
### Receita Líquida Disponível - RLD

O conceito da Receita Líquida Disponível é definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. A RLD serve de base para o cálculo para os repasses dos duodécimos do orçamento pertencentes aos Poderes e órgãos e a UDESC.

De janeiro a dezembro de 2008 totalizou R\$ 7,563 bilhões com um crescimento de R\$ 926 milhões (13,95%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008



Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida Disponível – Administração Direta

### Repassse aos Poderes

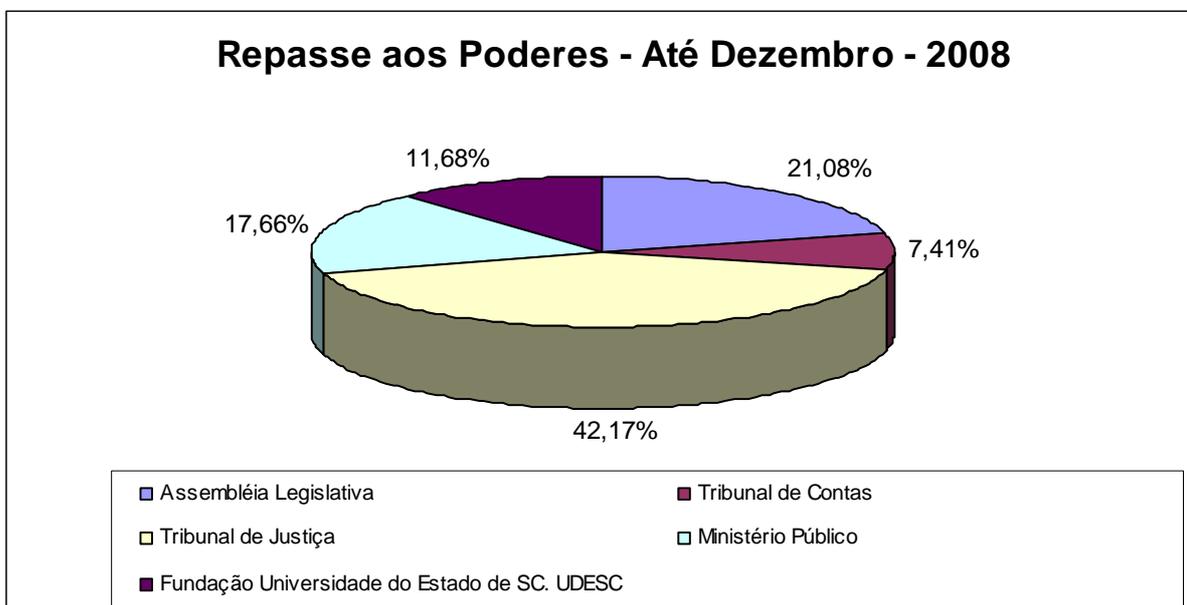
Assim como o conceito da Receita Líquida Disponível - RLD, os percentuais de repasses aos Poderes e órgãos são definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Até dezembro de 2008 foram repassados R\$ 1,328 bilhão (17,55% da Receita Líquida Disponível do período) com um acréscimo de 15,54% em relação ao ano anterior. Os repasses foram assim distribuídos em decorrência dos percentuais serem diferenciados:

Poder ou Órgão	% de Participação da RLD	Valor Repassado até o mês em 2008 (em milhões de R\$)
Assembléia Legislativa	3,70	280
Tribunal de Contas	1,30	98
Tribunal de Justiça	7,40	560
Ministério Público	3,10	235
UDESC	2,05	155



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008



Fonte: Demonstrativo da Participação na Receita Líquida Disponível

### Investimentos

Investimentos são as despesas de capital destinadas ao planejamento e a execução de obras públicas, à aquisição de instalações, de equipamentos e de materiais permanentes.

Os investimentos realizados pelo Estado de Santa Catarina no período de janeiro a dezembro de 2008 perfazem o valor de R\$ 784 milhões, 31,61% superior ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada – Consolidado Geral

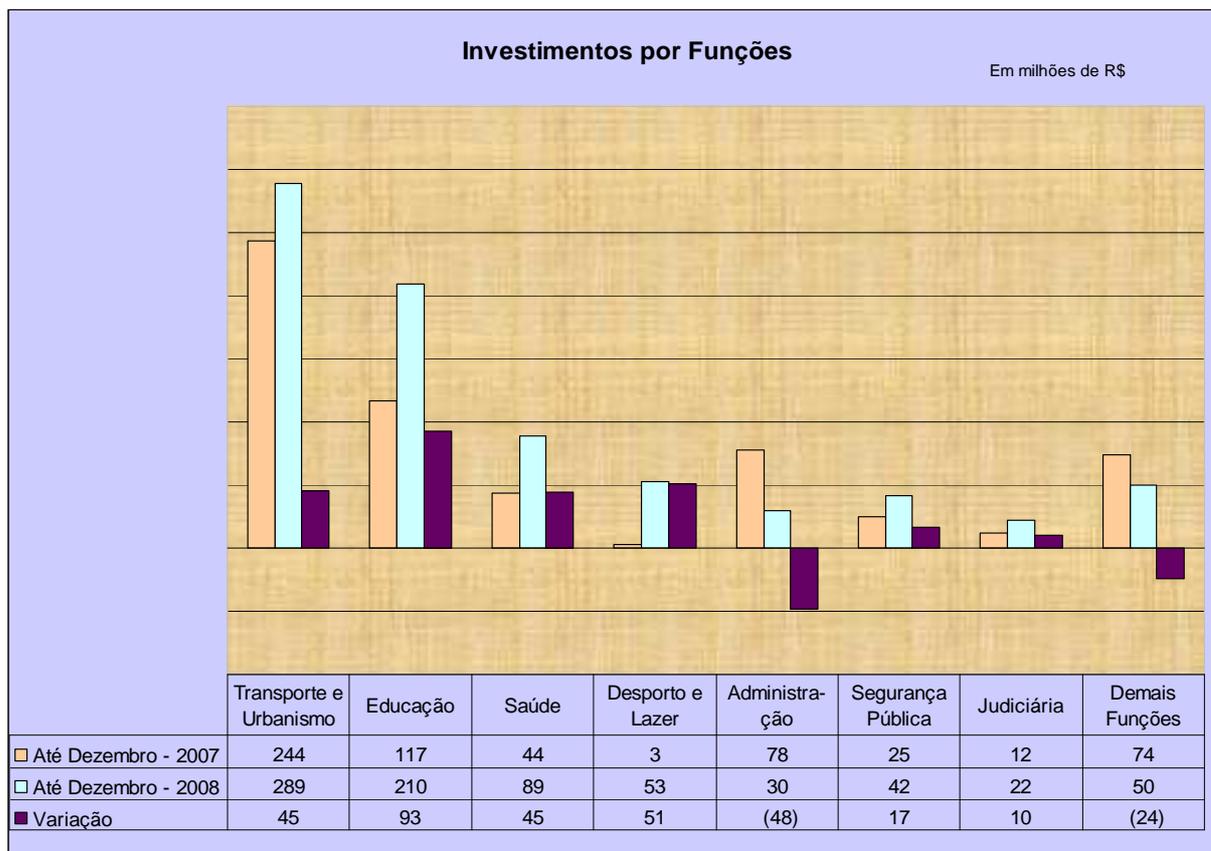


### Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

A Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão define a classificação da despesa pública por Função de Governo.

A Função, na classificação da despesa pública, é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

Distribuídos por funções de governo os investimentos foram alocados nas seguintes áreas:

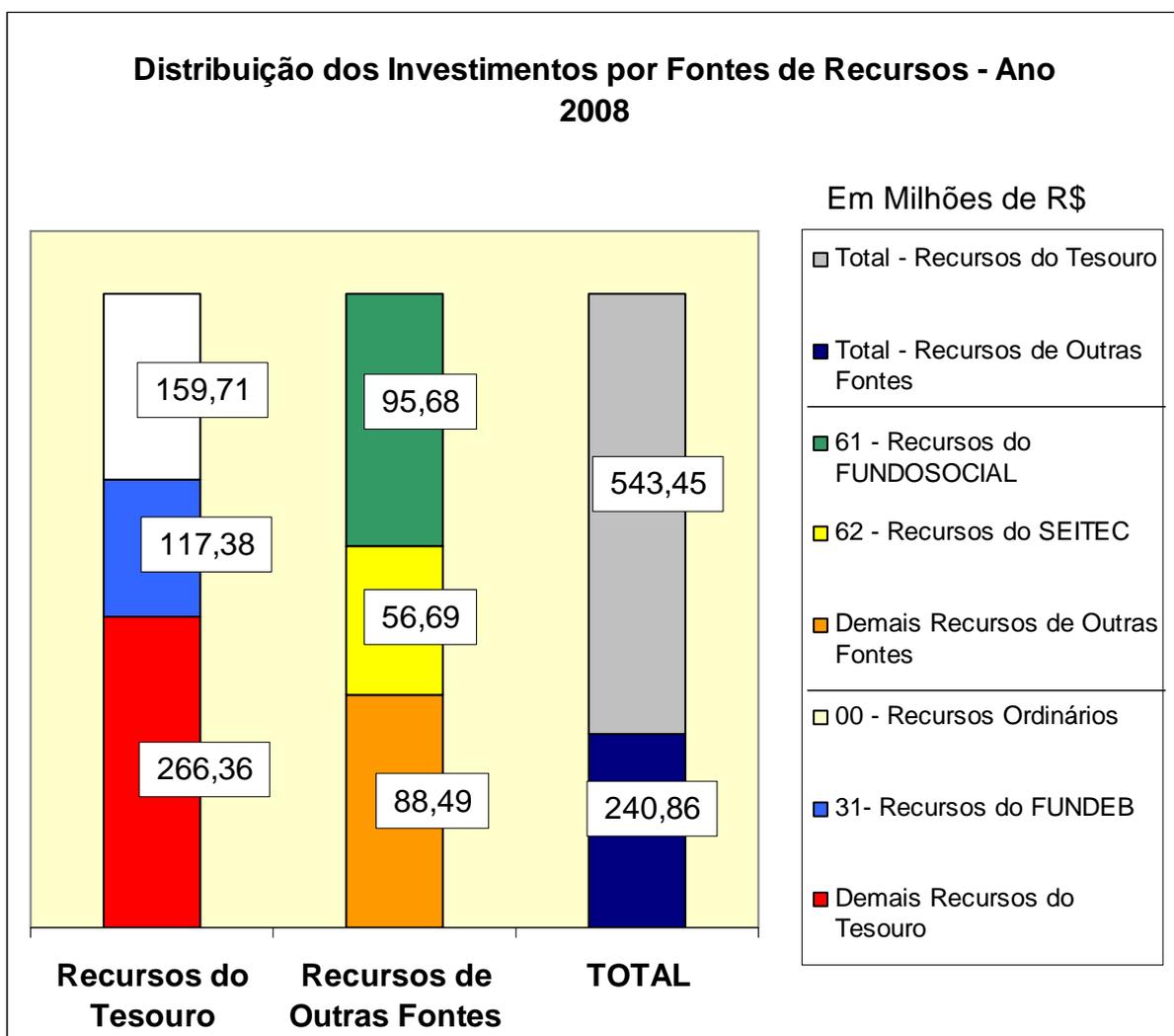


Fonte: Consulta Discoverer – Demonstrativo dos Investimentos por Funções – valores empenhados – Consolidado Geral

Do total dos Investimentos até o presente mês em 2008 (R\$ 784 milhões), 69,29% foram financiados com recursos do Tesouro e 30,71% com Recursos de Outras Fontes. Segue distribuição dos Investimentos agrupados nas principais fontes de destinação de recursos:



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008



Fonte: Consulta Discoverer – Demonstrativo dos Investimentos por Fontes de Recursos – valores empenhados – Consolidado Geral

### Restos a Pagar

Os restos a pagar são as despesas orçamentárias de competência do exercício empenhadas e não pagas até o seu término. Dividem-se em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não-processados.

Empenhar significa fazer uma reserva de orçamento para a contratação de um serviço ou para assegurar a aquisição de um bem.

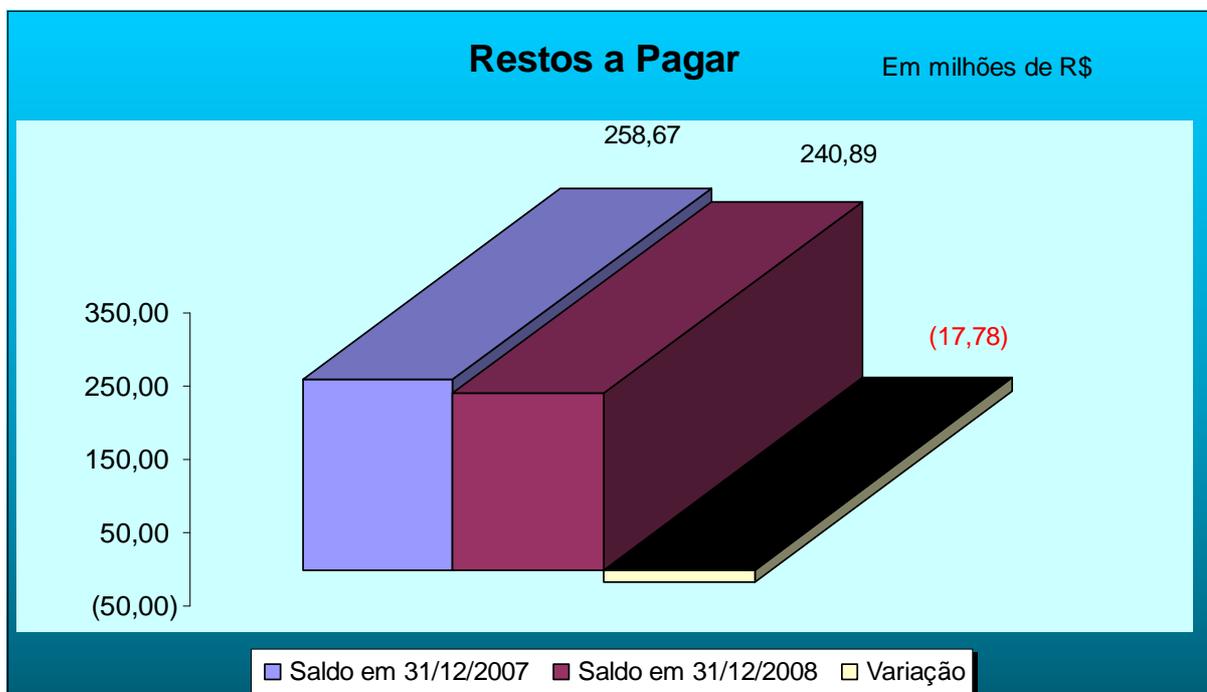
Liquidar significa confirmar o recebimento do bem ou a conclusão do serviço na quantidade, qualidade e condições contratadas, para posterior pagamento.

Assim, entende-se por Restos a Pagar Processados as despesas que, em 31 de dezembro, ultrapassaram o estágio da liquidação da despesa (foi atestado o reconhecimento do débito) e por Restos a Pagar Não Processados, aquelas despesas que foram executadas (compras ou serviços), mas que se encontravam, em 31 de dezembro, em fase de confirmação da quantidade, qualidade e demais condições para o reconhecimento contábil do débito.



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

No período analisado, tem-se um estoque de R\$ 240 milhões em restos a pagar, com uma redução de 6,88% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Fonte: Demonstrativo dos Restos a Pagar – Consolidado Geral – Relatório EXA 207

### Estoque da Dívida Ativa

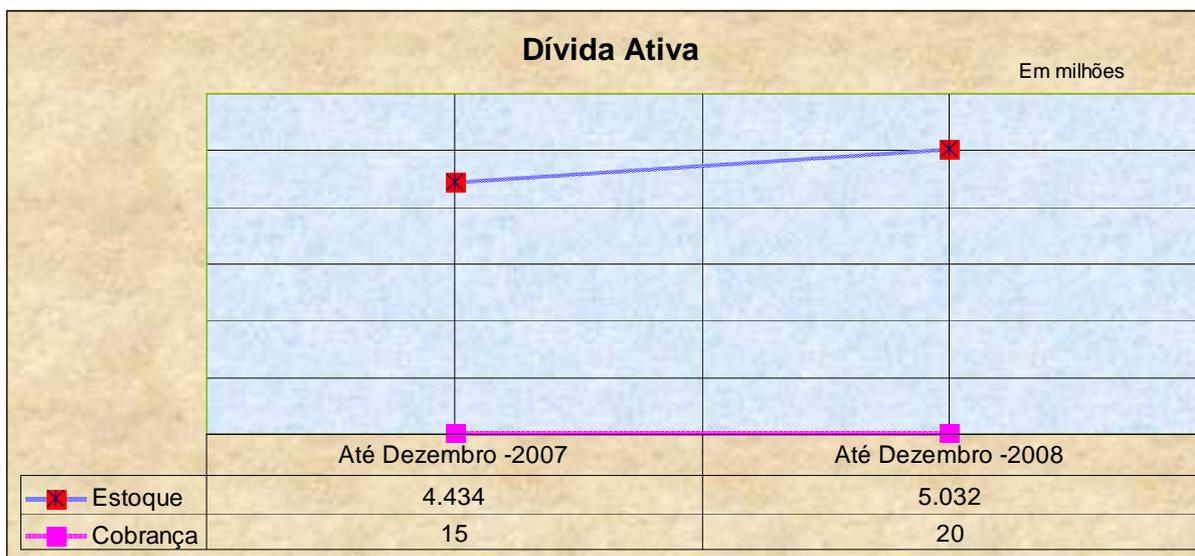
Na Dívida Ativa são contabilizados, depois de apurada a certeza e a liquidez, nos termos do art. 39, § 1º da Lei Federal nº 4.320/64, os valores que a administração pública tem a receber de terceiros, decorrentes de falta de pagamento de obrigações de natureza tributária e não tributária.

O estoque da Dívida Ativa (devedores em atraso) teve um acréscimo de 13,48% até o presente mês de 2008 em relação ao mesmo período de 2007, demonstrando que a administração pública tem agido com rigor na constituição dos créditos tributários e não tributários. No entanto, o mesmo não se pode dizer das ações voltadas para o recebimento desses ativos. Mesmo tendo aumentado em relação ao mesmo período do exercício anterior, o montante arrecadado representa um valor irrisório se comparado com o montante da dívida a cobrar.

Conforme evidenciam a tabela e o gráfico a seguir, os Poderes e órgãos encarregados da cobrança da dívida pública precisam estabelecer procedimentos administrativos e legais mais eficientes e eficazes para reverter o péssimo desempenho na cobrança do estoque da dívida ativa, ainda que muitos desses ativos sejam considerados “créditos podres”, ou seja, incobráveis.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008



Fonte: Balancete do Razão Analítico – Consolidado Geral – Relatório SCE 370

O Estoque da Dívida Ativa até o mês em análise

Em milhões de R\$

Detalhamento	Até o Mês - 2007	Até o Mês - 2008	Varição 2007/2008
<b>ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA (Devedores em atraso)</b>	<b>4.434,10</b>	<b>5.031,92</b>	<b>597,82</b>
Estoque da Dívida Ativa Tributária	4.409,15	5.002,92	593,77
Estoque da Dívida Ativa Não Tributária	24,95	29,00	4,05
<b>COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA - Total</b>	<b>14,87</b>	<b>20,35</b>	<b>5,48</b>
Cobrança da Dívida Ativa Tributária	13,61	17,83	4,22
Cobrança da Dívida Ativa Não-Tributária	1,26	2,52	1,26
<b>% DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>0,34%</b>	<b>0,40%</b>	<b>20,59%</b>
Cobrança da Dívida Ativa Tributária	0,31%	0,36%	15,46%
Cobrança da Dívida Ativa Não-Tributária	5,05%	8,69%	72,07%



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

### Resultado Financeiro

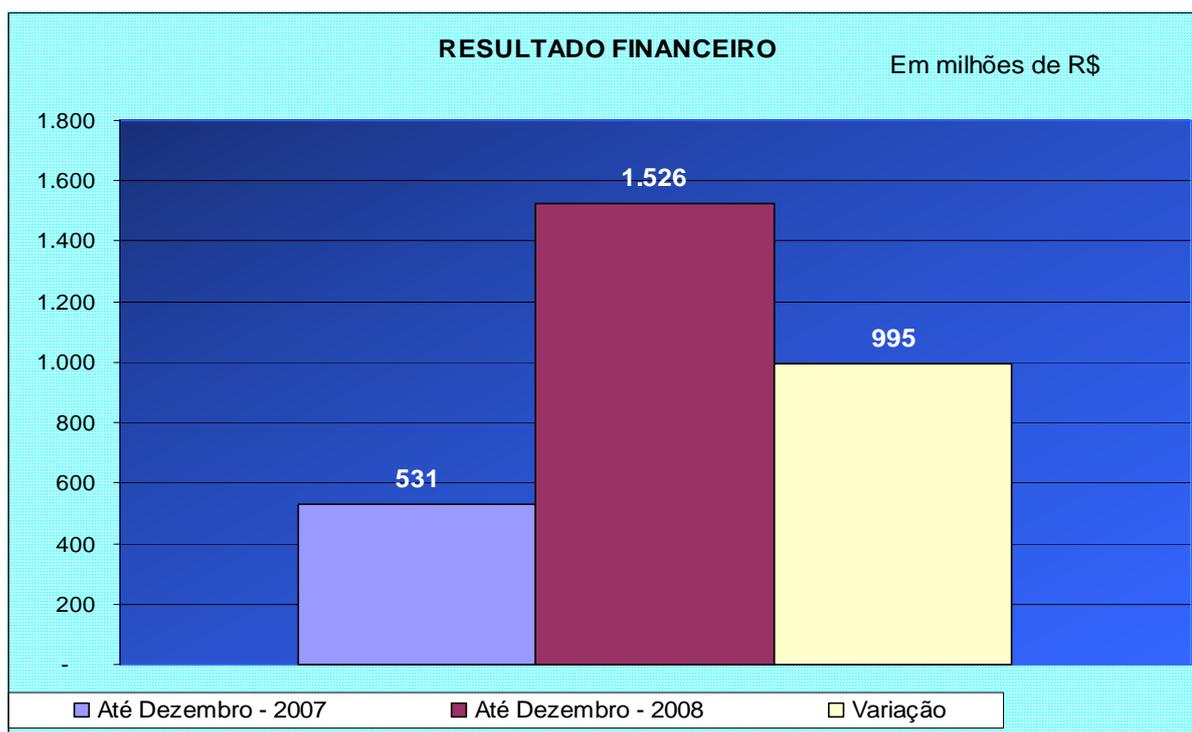
O resultado financeiro é apurado mediante o confronto do Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro, evidenciando o quanto de disponibilidade e valores realizáveis no curto prazo o Estado possui para quitar as suas dívidas de curto prazo.

Conforme síntese abaixo, até o mês de dezembro de 2008 em análise o resultado financeiro importou em R\$ 1,526 bilhão contra R\$ 531 milhões até o mesmo período de 2007, com a variação positiva de 187,18%, conforme demonstrado abaixo:

R\$ milhões de R\$

DESCRIÇÃO	2007	2008	VARIAÇÃO
Ativo Financeiro (AF)	1.986	3.615	1.629
Passivo Financeiro (PF)	1.455	2.089	634
<b>Resultado Financeiro (AF-PF)</b>	<b>531</b>	<b>1.526</b>	<b>995</b>

A variação positiva do resultado financeiro até o período analisado em relação ao mesmo período do ano anterior foi da ordem de R\$ 995 milhões, evidenciando o bom desempenho da gestão fiscal do Estado, conforme se visualiza no gráfico abaixo:



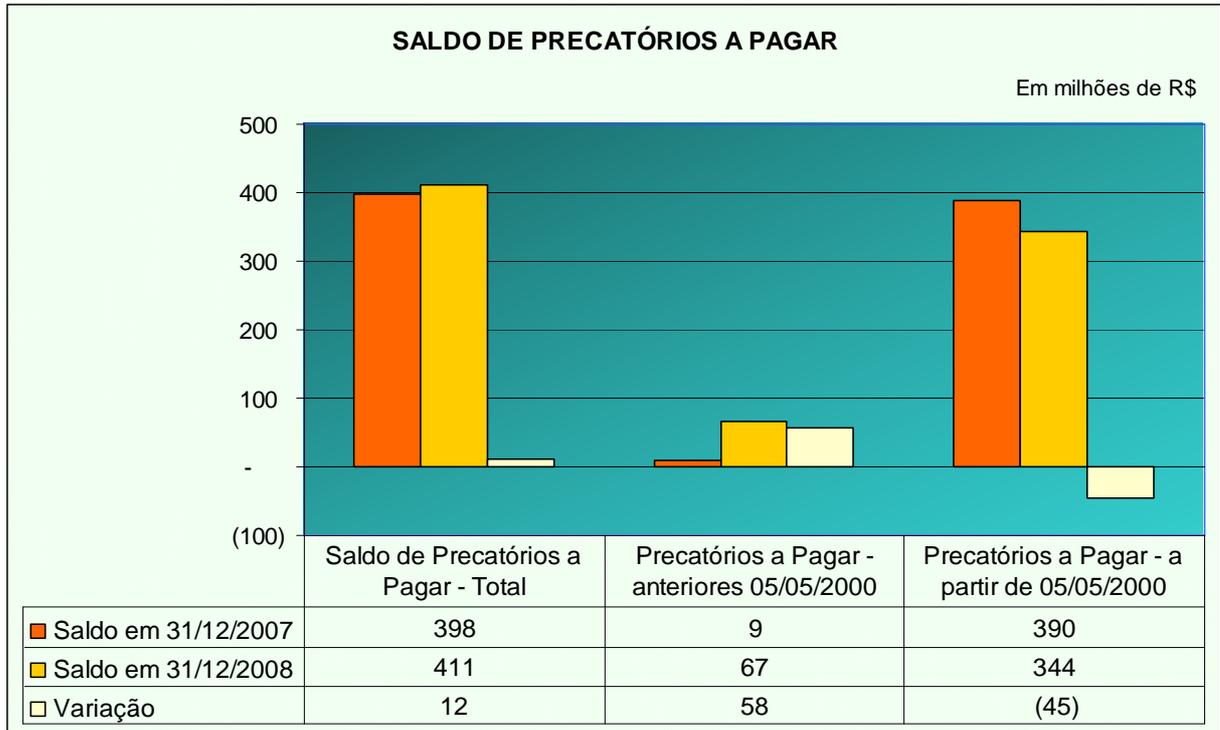
Fonte: Balancete do Razão Analítico – Consolidado Geral – Contas Financeiras – Relatório SCE 370



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2008

### Saldo de Precatórios a Pagar

Neste gráfico são apresentados os valores dos precatórios, bem como a sua variação ocorrida de dezembro de 2007 até dezembro de 2008.



Fonte: Balancete do Razão Analítico – Consolidado Geral – Relatório SCE 370

Esta análise de indicadores contábeis foi feita com base na planilha dos Indicadores Contábeis de Desempenho da Gestão Fiscal, que detalha e complementa ainda mais este trabalho, devendo a mesma ser utilizada para maior compreensão dos dados.

Os indicadores contábeis podem ser acompanhados mensalmente no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda ([www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)), mais especificamente na opção Serviços\Finanças Públicas\Relatórios Contábeis.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2009.

Wanderlei Pereira das Neves  
Diretor de Contabilidade Geral  
Contador CRCSC N° 15.874



## INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2008

A Diretoria de Contabilidade Geral vem buscando aperfeiçoamento constante, com o objetivo de gerar informações úteis para o acompanhamento do desempenho da gestão fiscal do Estado de Santa Catarina. Até o presente mês os principais indicadores são os seguintes:

INDICADORES		Até o Mês Ano 2007	Até o Mês Ano 2008	VARIAÇÃO	AVALIAÇÃO	
1	Resultado da Execução Orçamentária (Déficit/Superávit) - Receita Arrecadada menos Despesa Empenhada	424.946.111,84	953.853.861,43	528.907.749,59	Superávit da Execução Orçamentária verificado até o mês, correspondente a 124,46% a maior que o período anterior	
	Receita Orçamentária Arrecadada (dados consolidados, deduzidas as Transf.Const.e Legais aos Municípios e demais deduções da Receita)	9.300.955.511,89	11.538.547.205,84	2.237.591.693,95	Houve um acréscimo de 24,06% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Despesa Orçamentária Empenhada (dados consolidados)	8.876.009.400,05	10.584.693.344,41	1.708.683.944,36	Houve um acréscimo de 19,25% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Despesa Orçamentária Liquidada (dados consolidados)	8.676.455.004,18	10.368.791.073,20	1.692.336.069,02	Houve um acréscimo de 19,50% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Despesa Orçamentária Paga (dados consolidados)	8.617.335.950,77	10.343.806.952,70	1.726.471.001,93	Houve um acréscimo de 20,03% em relação ao mesmo período do ano anterior	
2	Receita Tributária Arrecadada - Líquida do Estado	5.206.935.588,06	5.795.556.453,85	588.620.865,79	Houve um acréscimo de 11,30% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	ICMS	4.196.923.206,89	4.742.206.823,36	545.283.616,47	Houve um acréscimo de 12,99% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	IPVA	262.438.660,62	285.823.167,75	23.384.507,13	Houve um acréscimo de 8,91% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	IRRF	476.969.267,53	436.282.047,53	(40.687.220,00)	Houve uma redução de -8,53% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	ITCMD e ITBI	33.867.506,15	46.083.591,72	12.216.085,57	Houve um acréscimo de 36,07% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Taxas	236.736.946,87	285.160.823,49	48.423.876,62	Houve um acréscimo de 20,45% em relação ao mesmo período do ano anterior	
3	FUNDOSOCIAL	125.588.206,98	230.306.997,89	104.718.790,91	Houve um acréscimo de 83,38% em relação ao mesmo período do ano anterior	
4	SEITEC	137.822.743,58	194.565.355,43	56.742.611,85	Houve um acréscimo de 41,17% em relação ao mesmo período do ano anterior	
5	Ganho ou Perda com o FUNDEB	(152.789.616,22)	(209.147.174,58)	(56.357.558,36)	Houve um acréscimo de 36,89% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Transferências Recebidas do FUNDEB	836.207.930,47	1.077.447.412,37	241.239.481,90	Houve um acréscimo de 28,85% em relação ao mesmo período do ano anterior	
	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(988.997.546,69)	(1.286.594.586,95)	(297.597.040,26)	Houve um acréscimo de 30,09% em relação ao mesmo período do ano anterior	
6	Transferências União - Constitucionais e Legais	847.127.715,66	960.736.333,73	113.608.618,07	Houve um acréscimo de 13,41% em relação ao mesmo período do ano anterior	
7	Transferências Voluntárias da União - Convênios Correntes	382.773.973,83	481.362.784,00	98.588.810,17	Houve um acréscimo de 25,76% em relação ao mesmo período do ano anterior	
8	Transferências Voluntárias da União - Convênios de Capital	842.718,00	6.955.335,87	6.112.617,87	Houve um acréscimo de 725,35% em relação ao mesmo período do ano anterior	
9	Metas de Arrecadação - Recursos do Tesouro	Meta	7.521.171.657,00	8.328.145.370,00	806.973.713,00	Houve um acréscimo de 10,73% em relação ao mesmo período do ano anterior
		Arrecadação	7.593.720.575,37	8.674.914.562,90	1.081.193.987,53	Houve um acréscimo de 14,24% em relação ao mesmo período do ano anterior
		Diferença	72.548.918,37	346.769.192,90	274.220.274,53	Atingiu a meta até o mês de 2007 em 0,96% Atingiu a meta até o mês de 2008 em 4,16%
10	Metas de Arrecadação - Recursos de Outras Fontes	Meta	2.015.517.869,00	2.360.100.680,00	344.582.811,00	Houve um acréscimo de 17,10% em relação ao mesmo período do ano anterior
		Arrecadação	1.707.234.936,52	2.863.632.642,94	1.156.397.706,42	Houve um acréscimo de 67,74% em relação ao mesmo período do ano anterior
		Diferença	(308.282.932,48)	503.531.962,94	811.814.895,42	Não atingiu a meta até o mês de 2007 em -15,30% Atingiu a meta até o mês de 2008 em 21,34%
11	Excesso de Arrecadação - Fonte 100 - Recursos do Tesouro	200.413.515,00	36.313.079,08	(164.100.435,92)	Houve uma redução de -81,88% em relação ao mesmo período do ano anterior	
12	Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI	6.601.592.943,82	7.553.737.035,12	952.144.091,30	Houve um acréscimo de 14,42% em relação ao mesmo período do ano anterior	



## INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2008

A Diretoria de Contabilidade Geral vem buscando aperfeiçoamento constante, com o objetivo de gerar informações úteis para o acompanhamento do desempenho da gestão fiscal do Estado de Santa Catarina. Até o presente mês os principais indicadores são os seguintes:

INDICADORES		Até o Mês Ano 2007	Até o Mês Ano 2008	VARIAÇÃO	AVALIAÇÃO
13 Aplicação em Saúde - Mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos	A aplicar	792.191.153,26	906.448.444,21	114.257.290,96	Houve um acréscimo de 14,42% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Valor aplicado	804.973.368,75	942.316.470,57	137.343.101,82	Houve um acréscimo de 17,06% em relação ao mesmo período do ano anterior
	% aplicado em relação a RLI	12,19%	12,47%	0,47%	Superou o mínimo aplicar em 0,47% (mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos)
	Diferença	12.782.215,49	35.868.026,36	23.085.810,87	
14 Aplicação em Educação - Mínimo de 25% da Receita Líquida de Impostos	A aplicar	1.650.398.235,96	1.888.434.258,78	238.036.022,83	Houve um acréscimo de 14,42% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Valor aplicado	1.685.008.504,44	2.045.297.579,77	360.289.075,33	Houve um acréscimo de 21,38% em relação ao mesmo período do ano anterior
	% aplicado em relação a RLI	25,52%	27,08%	2,08%	Superou o mínimo a aplicar em 2,08% (mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos)
	Diferença	34.610.268,49	156.863.320,99	122.253.052,50	
15 Aplicação em Segurança Pública (Órgãos da SSP)	Valor aplicado	964.065.051,71	1.090.228.462,66	126.163.410,95	Houve um acréscimo de 13,09% em relação ao mesmo período do ano anterior
	% aplicado em relação a RLI	14,60%	14,43%	-0,17%	
16 Receita Corrente Líquida - (12 MESES)		8.498.348.005,31	10.420.912.402,08	1.922.564.396,77	Houve um acréscimo de 22,62% em relação ao mesmo período do ano anterior
17 Gastos com pessoal - Remuneratórios - LRF - Poder Executivo		3.392.384.652,97	3.857.690.242,60	465.305.589,63	Houve um acréscimo de 13,72% , com comprometimento de 39,92% até o mês de 2007 e de 37,02% até o mês de 2008
% em relação a RCL		39,92%	37,02%	-2,90%	Gasto Abaixo do Limite Legal em 11,98%
18 Gastos com pessoal - Remuneratórios - LRF - Consolidado		4.114.814.794,51	4.713.298.482,46	598.483.687,95	Houve um acréscimo de 14,54% , com comprometimento de 48,42% até o mês de 2007 e de 45,23% até o mês de 2008
% em relação a RCL		48,42%	45,23%	-3,19%	Gasto Abaixo do Limite Legal em 14,77%
19 Receita Líquida Real (12 MESES)		6.724.639.538,22	8.095.997.659,97	1.371.358.121,75	Houve um acréscimo de 20,39% em relação ao mesmo período do ano anterior
20 Serviço da Dívida Consolidada		972.976.329,59	1.121.411.135,09	148.434.805,50	Houve um acréscimo de 15,26% em relação ao mesmo período do ano anterior
Juros e Encargos da Dívida		606.913.127,99	666.669.789,12	59.756.661,13	Houve um acréscimo de 9,85% em relação ao mesmo período do ano anterior
Amortização da Dívida (principal)		366.063.201,60	454.741.345,97	88.678.144,37	Houve um acréscimo de 24,22% em relação ao mesmo período do ano anterior
21 Saldo dos Restos a Pagar		258.673.449,28	240.886.391,71	(17.787.057,57)	Houve uma redução de -6,88% em relação ao mesmo período do ano anterior
22 Investimentos Realizados (valores empenhados)		595.959.188,17	784.334.306,54	188.375.118,37	Houve um acréscimo de 31,61% em relação ao mesmo período do ano anterior
23 Receita Líquida Disponível		6.637.430.081,15	7.563.135.902,95	925.705.821,80	Houve um acréscimo de 13,95% em relação ao mesmo período do ano anterior
24 Repasse aos Poderes		1.149.576.156,79	1.328.190.980,26	178.614.823,47	Houve um acréscimo de 15,54% em relação ao mesmo período do ano anterior
25 Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Devedores em atraso)		4.434.104.474,28	5.031.923.973,68	597.819.499,40	Houve um acréscimo de 13,48% em relação ao mesmo período do ano anterior
26 Cobrança da Dívida Ativa (recebimentos)		14.867.102,92	20.357.623,31	5.490.520,39	Houve um acréscimo de 36,93% em relação ao mesmo período do ano anterior
27 Resultado Financeiro (Ativo menos Passivo Financeiro)		531.299.246,00	1.525.776.077,28	994.476.831,28	Houve um acréscimo de 187,18% em relação ao mesmo período do ano anterior
28 Saldo de Precatórios a Pagar		398.418.694,73	410.891.568,54	12.472.873,81	Houve um acréscimo de 3,13% em relação ao mesmo período do ano anterior

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2009

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRC/SC Nº 15.874